

Dívida Externa

Os nossos próximos passos, segundo Funaro.

JORNAL DA TARDE
24 FEV 1987

A geração de superávits comerciais só para pagar a dívida externa é uma política incompatível com os interesses do Brasil, assim como não se justifica, para um país que quer crescer, seguir, por opção, o receituário recessivo do Fundo Monetário Internacional, como em 1982. A saída para esse impasse está numa negociação ampla com os credores, tendo bem presente os riscos da moratória, seguida de um plano de ajuste interno da economia. No caso brasileiro, um dos maiores problemas à espera de solução é o rombo representado pelo déficit dos bancos estatais, que, em 1986, tomaram do Banco Central Cz\$ 26 bilhões, mais que o subsídio do trigo, para não quebrar.

Esses foram alguns dos pontos abordados pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, durante o programa "Crítica e Auto-crítica", levado ao ar pela TV Bandeirantes, domingo último. Falando de forma didática, Funaro deixou claro, de início, que o Brasil agiu com muita cautela, ao suspender o pagamento dos juros da dívida externa, pois não deseja nenhum tipo de confronto com os credores internacionais. O ministro disse também que,

mesmo gerando superávits comerciais mais baixos, o Brasil, com apenas 1% do comércio mundial, tem o terceiro superávit do mundo, ficando apenas atrás do Japão e da Alemanha.

Exportar não basta

"Eu ouço falar que o Brasil está quebrado porque não gera 12 bilhões de dólares de superávit comercial, mas apenas oito ou nove bilhões de dólares. É preciso dizer, em primeiro lugar, que este é um grande superávit e que representa um grande esforço para a população brasileira, se comparado com o Produto Interno Bruto (PIB). Nós estamos exportando, em relação ao nosso PIB, mais do que toda a exportação do Japão e da Alemanha juntos, que têm uma parte importante no mercado mundial.

O que ocorreu com o Brasil e com outras nações que exportam matérias-primas foi uma queda nos preços. No caso brasileiro, se partissemos de um índice 100, nos últimos três ou quatro anos, o preço de nossos produtos estaria mais ou menos por volta de 68 a 70, enquanto os produtos dos países industrializados estariam acima de 150. É por isto que nós não podemos com-

prometer o desenvolvimento brasileiro na tentativa de pagar os juros da dívida só com o superávit comercial. Foi por falta da capacidade de importar que em 1986 tivemos muitos problemas, inclusive a cobrança de ágio."

Proteção e riscos

"A maior parte de nossas reservas está depositada em organismos que regulamentam todo o sistema financeiro, como é o caso do Federal Reserve Board (Banco Central dos Estados Unidos). Foi uma decisão consciente e amadurecida, para que não acontecesse como em 1982, quando o País entrou num processo de negociação sem nenhuma reserva. Mas é evidente que estamos abertos para iniciar negociações com os credores, pois não existe na decisão brasileira nenhum tipo de confronto. Sabemos que todos, nações e credores, desejam encontrar um caminho que permita resolver o problema.

"Eu acho que existe, no mercado externo, um sentimento de compreensão. Vejam a reunião dos ministros do grupo dos sete países mais ricos do mundo. No final, eles assinalaram no protocolo dois pon-

tos importantes: um é que os novos países que cresceram muito não mantinham saldos comerciais positivos muito elevados. No caso da dívida externa, disseram que era muito importante que as nações fossem co-responsáveis, para consertar os problemas de endividamento nos países devedores. É a mesma declaração feita por Jacques de Larosière que foi diretor do Fundo Monetário Internacional e hoje dirige o Banco de Paris.

"Na verdade, eu quero fazer justiça num ponto. Nas negociações que realizamos, no ano passado, todos (banqueiros do Clube de Paris) manifestaram preocupação com os mecanismos de refinanciamento. O Brasil, por exemplo, pagou 55 bilhões de dólares em cinco anos e refinanciou 19 bilhões. É aí que está o estrangulamento das nações. Imaginar um nível de retaliação que poderia criar problemas às instituições financeiras do Brasil, no Exterior, seria admitir uma total incompreensão por parte dos credores. Seria até uma forma irracional de enfrentar o problema; não é isto que acontece.

"A forma que o Brasil escolheu para resolver o problema da dívida não pode ser comparada com ou-

tras nações. As nações latino-americanas que negociaram suas dívidas estão esperando até hoje por uma solução definitiva. Aí está o caso do México, que nós vimos e acompanhamos, que também não recebeu nada até agora. A diferença é que nós mantivemos nossas reservas e isto vai nos permitir manter as importações necessárias ao País, por quatro ou cinco meses. Não podemos também fazer comparação com a Argentina, que saiu de um processo político com traumas maiores que o Brasil, e coloca na dúvida todo o processo da dívida externa."

"Como o presidente da República ressaltou, com muita clareza, o governo adotou uma medida e uma postura que vai levar adiante. E uma das posições do governo é não optar por nenhum processo recessivo. E como isso será feito? Em 1982, quando veio a crise, a recessão interna foi proposital para conseguir o superávit. A tendência de hoje — e o Cruzado II teve este objetivo — é diminuir um excesso sobre a produção. Mas não se trabalha com a hipótese recessiva. Se não vierem os investimentos, o próprio presidente José Sarney afirmou que puxa pelos investimentos

públicos. E quando a Nação não está numa fase de grande demanda, mas com capacidade ociosa, o déficit público não tem grande influência sobre a inflação."

"O governo também tem uma postura sobre a necessidade de evitar os gastos. Mas existe um problema que preocupa muito e está sendo discutido com vistas a uma solução. Trata-se dos bancos estatais, que consomem mais dinheiro do que o subsídio do trigo. Em 1982 e em 1984, em final de governo e em período pré-eleitoral, esses bancos foram ao mercado e captaram dinheiro, pagando 40 a 45% de juro real. O resultado disto é que esses bancos foram para o Banco Central, numa situação muito difícil."

Advertência aos credores

Em entrevista concedida ao diário *Excelsior* e divulgada ontem na Cidade do México, o ministro Funaro afirma que "não procuramos o confronto nem o desafio; porém, se adotarem represálias, se os bancos internacionais endurecerem sua atitude, somente nos restará um único caminho: endurecer também".